

Segunda-Feira, 26 de Outubro de 2026

Moraes Autoriza Retomada de Encontros de Grupo de Oração com Bolsonaro

Ministro do STF libera visitas semanais de 13 pessoas ao ex-presidente às quartas-feiras após suspensão anterior

O ministro Alexandre de Moraes, integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu autorização para que um grupo de oração voltasse a realizar visitas regulares ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O grupo, composto por 13 pessoas, terá permissão para se encontrar com o ex-mandatário todas as quartas-feiras às 19h30.

A equipe jurídica de Bolsonaro protocolou pedido junto ao tribunal na quinta-feira (23), solicitando que os encontros semanais fossem retomados. O pleito enfatizava que as reuniões ocorreriam exclusivamente com propósito religioso, mantendo toda a estrutura de supervisão e segurança previamente estabelecida pelo Poder Judiciário.

Ao deferir o pedido, Moraes fundamentou sua decisão informando que o período de restrição anteriormente imposto ao ex-presidente havia expirado naturalmente.



Quarto mandato pode fazer STF ter 7 dos 11 ministros escolhidos por Lula

Em julho, as visitas genéricas foram temporariamente cessadas durante 30 dias após o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) compartilhar uma mensagem produzida pelo pai através de plataformas digitais. O magistrado interpretou que tal divulgação representava descumprimento da restrição que proíbe o ex-presidente de utilizar redes sociais, ainda que indiretamente.

Simultaneamente, Moraes instituiu vedações adicionais: Bolsonaro não poderia receber visitas com intenção político-eleitoral até o encerramento do período eleitoral de outubro, além de ficar impedido de expressar posicionamentos eleitorais através de terceiros.



Hugo e Alcolumbre pavimentam reeleição no Congresso com vitória de Lula

Na deliberação mais recente, o ministro deixou explícito que os encontros religiosos devem observar rigorosamente as exigências de segurança e todas as demais restrições judiciais vigentes. A comunicação com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e com o Núcleo de Custódia da Polícia Militar tornou-se obrigatória para implementação das medidas necessárias.



Análise: Congresso será teste ambiental do quarto mandato de Lula